

Temperatura. — Subiu hon-tem, alto dia, a 28º centigr. Pela manhã regulou 21º.

Caixa economica. — O sr. major Torquato Simões não aceitou a nomeação de gerente d'aquelle estabelecimento.

Nesse sentido s. s. officiou hontem ao conselho director.

Alcacerio Familiar. — Esta novel sociedade dá hoje a sua terceira reunião, que a exemplo das duas primeiras deve estar excellente.

Da corte. — Deve sair hoje, com destino aos portos do norte inclusive d'esta cidade, o paquete brasileiro *Espirito-Santo*.

Movimento do porto. — O vapor *Araruama* e o paquete *Mayrink*, entrados pela manhã dos portos do norte da provincia, seguiram hontem para o Rio de Janeiro, com escalas por Guarapary, Benevente, Piúma e Itapemirim.

O *Araruama* nem-uma carga recebeu neste porto.

Movimento de passageiros.

— Seguiram no vapor nacional *Maria Pia* para o Rio de Janeiro e esc. — Maria Ruppe, Luisa Ruppe, Gailhermina Ruppe e 15 emigrantes italianos; para o Itapemirim — Luiz Gonçalves Moreira e José Domingues Valente.

— No *Mayrink* vieram de S. Matheus — d. Francellina Nogueira da Gama, Juncellino Netto e 2 praças de policia, escoltando um réu.

Em trasto 1.

— No *Araruama*, de S. Matheus — dr. Antonio Aguirre, Geraldino (menor) e Laurindo, escravo do dr. Aguirre.

— Seguiram no mesmo vapor para Itapemirim — Elias Dentsck, Salomon Dentsck e Giovanni Ferranti.

BIOLETS

I

Disseste-me, flôr, um dia,
Que não gostavas do inverno :
— Era frio, e que um eterno
Nevoeiro os céus encobria —
Disseste-me, flôr, um dia,
Que não gostavas do inverno;

II

E eu sempre te respondia :
— Bella estação que é o inverno ?
Mas, n'um gesto meigo e terno,
Replicavas : — Como é fria ?
E eu sempre te respondia :
Bella estação que é o inverno !

III

Hoje porém, m'excrucia
A longa estação do inverno...
E's de outro... e adoras o eterno
Nevoeiro que os céus cobria...
Hoje, porém, m'excrucia
A longa estação do inverno !

S. Paulo — 1885.

WENCESLAU DE QUEIROZ.

Extinção gradual do elemento servil

O projecto apresentado pelo sr. deputado Fleury e apoiado pelo actual ministerio é o seguinte :

A assembléa geral resolve :

Da matricula

Art. 1º. Proceder-se-á em todo o imperio a nova matricula dos escravos com declaração do nome, côr, sexo, filiação, si for conhecida, occupação ou serviço em que for empregado, idade e valor calculado conforme a tabella do art. 2º.

§ 1º. A inscripção para a nova matricula far-se-á á vista das relações que serviram de base á matricula especial, effectuada em virtude da lei de 28 de setembro de 1871, ou á vista das certidões da mesma matricula.

§ 2º. A idade declarada na antiga matricula si adicionará o tempo decorrido até ao dia, em que, pelo senhor ou por quem suas vezes fizer, for apresentada na repartição compe-

tente a relação para a matricula ordenada n'esta lei.

§ 3º. Será de oito mezes o prazo concedido para a matricula, devendo este ser annuciado por editaes com antecedencia de 60 dias.

§ 4º. Serão considerados libertos os escravos que, no prazo marcado, não tiverem sido dados á matricula, e esta clausula será expressa e integralmente declarada nos editaes.

§ 5º. O senhor, ou quem suas vezes fizer, pagará pela inscripção de cada escravo mil réis de emolumentos, cuja importancia será destinada ás despesas de matricula, e o que restar ao fundo de emancipação.

§ 6º. Encerrada a matricula, os senhores de escravos ficarão relevados das multas em que tiverem incorrido por inobservancia das disposições da lei de 28 de setembro de 1871, relativas á matricula e declaração prescriptas por ella e pelos respectivos regulamentos.

Da fixação do valor do escravo

Art. 2º. O valor a que se refere o art. 1º será o declarado pelo senhor do escravo, nunca, porém, além do maximo correspondente á idade do matriculado, conforme as seguintes categorias de idade :

Escravos menores de 20 annos .	1:000\$000
» de 20 a 30 » .	800\$000
» de 30 a 40 » .	600\$000
» de 40 a 50 » .	400\$000
» de 50 a 60 » .	200\$000

§ 1º. O valor dos individuos do sexo feminino s' regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém, o abatimento de 25 % sobre os preços acima estabelecidos.

§ 2º. Os escravos de 60 annos serão obrigados, a titulos de indemnisação pela sua alforria, a prestar serviços aos seus ex-senhores por espaço de tres annos.

§ 3º. Os escravos que, ao promulgar-se esta lei, forem maiores de 60 e menores de 65 annos, logo que completarem esta idade não serão mais sujeitos aos alludidos serviços, qualquer que seja o tempo em que tenham prestado, com relação ao prazo acima declarado.

§ 4º. E' permittida a remissão dos mesmos serviços, mediante o valor não excedente á metade do valor arbitrado para os escravos da classe de 50 a 60 annos.

§ 5º. Todos os libertos, maiores de 60 annos, continuarão em companhia de seus ex-senhores, que serão obrigados a alimentar-os, vestir-os e tratá-los em suas molestias, usufruindo os serviços compatíveis com as forças d'elles, salvos si os juizes de orphãos os julgarem capazes de subsistirem sem necessidade de protecção de seus ex-senhores.

Das alforrias por indemnisação

Art. 3º. Os escravos inscriptos na matricula serão libertados mediante indemnisação de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§ 1º. Do valor primitivo com que for matriculado o escravo se deduzirão 6 % annualmente, contando-se, porém, para a redução qualquer prazo decorrido, ou seja a libertação feita pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§ 2º. As libertações pelo peculio serão concedidas em vista das certidões do valor do escravo apurado na forma do § 1º e da certidão do deposito d'esse valor nas estações fiscaes designadas pelo governo.

Essas certidões serão passadas gratuitamente.

§ 3º. Enquanto se não encerrar a nova matricula, continuará em vigor o processo actual de avaliação dos escravos, para os diversos meios de libertação com o limite fixado no art. 2º.

§ 4º. Não é devida indemnisação no caso de alforria do escravo, que, por motivo de molestia, for julgado inválido e incapaz de qualquer serviço; sendo os seus ex-senhores obrigados a alimentar-os, enquanto permanecerem em sua companhia.

Do fundo de emancipação

Art. 4º. O fundo de emancipação se formará :

I. Com as taxas e rendas para elle destinadas pela legislação vigente.

II. Com a taxa 6 % additionaes a todos os impostos geraes excepto os de exportação.

Esta taxa será cobrada desde já livre de despesas de arrecadação.

III. Com a emissão annual e ao par, até seis mil contos de réis, de titulos de divida do estado, a juro de 5 %.

Estes titulos só começarão a ser amortizados depois da total extincção da escravatura.

§ 1º. Os juros dos titulos que forem emitidos serão satisfeitos com o producto do imposto adicional, emquanto o poder legislativo não decretar fundos para seu pagamento, augmentando a verba dos juros da divida interna.

§ 2º. A emissão dos titulos poderá ter o augmento annual de 1,000:000\$ ou mais, si a importancia da taxa adicional fôr sufficiente para o pagamento dos respectivos juros.

§ 3º. A taxa adicional continuará a ser arrecadada ainda depois da libertação total dos escravos, até extinguir-se a divida proveniente da emissão dos titulos auctorizados por esta lei.

Art. 4º. O fundo de emancipação dividir-se-á em tres partes :

§ 1º. A primeira parte continuará a ser applicada de conformidade com o disposto no art. 27 do regulamento approved pelo decreto n. 5,425 de 13 de novembro de 1872.

§ 2º. A segunda parte, que é a que resultar do producto da taxa adicional, será applicada á libertação dos escravos mais velhos e, d'entre os de igual idade os de menor valor : bem como ao pagamento dos juros dos titulos emitidos em virtude d'esta lei.

§ 3º. A terceira parte será applicada de preferencia á libertação dos escravos empregados na lavoura, cujos senhores se resolverem a substituir em seus estabelecimentos, o trabalho escravo pelo trabalho livre, observadas as seguintes disposições :

I. Libertação de todos os escravos existentes nos ditos estabelecimentos e obrigação de não admittir outros :

II. Indemnisação pelo estado de metade do valor dos escravos assim libertados, em titulos de 5 %, preferidos os senhores que reduzirem mais a indemnisação e alforriarem maior numero de escravos ;

III. Usufruição dos serviços dos libertos por tempo de cinco annos, salva a disposição do art. 2º § 1º da presente lei.

§ 4º. A prestação de serviços pelos libertos, de que se trata no paragrapho anterior, e n'outras disposições d'esta lei, será remunerada com alimentação, vestuario, tratamento nas enfermidades e uma gratificação pecuniaria por dia de serviço, que deverá ser determinada nos regulamentos do governo.

Art. 7º. A distribuição do fundo de emancipação continuará a ser feita como actualmente, sendo os titulos de 5 %, distribuidos pelos municipios na razão da população escrava empregada na lavoura.

Domicilio do escravo

Art. 8º. O domicilio do escravo é intransferivel para provincia diversa da em que estiver matriculado ao tempo da promulgação d'esta lei.

§ 1º. A mudança importará na aquisição da liberdade, excepto nos seguintes casos :

I. A mudança de domicilio do senhor.

II. Evasão do escravo.

§ 2º. O escravo evadido de casa do senhor, ou d'onde estiver empregado, não poderá, enquanto estiver ausente ser alforriado por nem-um dos meios declarados n'esta lei.

§ 3º. Incorrerem em multa de 500\$ a 1:000\$ os que seduzirem ou acoitarem escravos alheios.

São competentes para impor a multa os juizes de direito com recurso

voluntario para os presidentes das relações dos respectivos districtos.

§ 4º. A imposição da multa, de que trata o paragrapho anterior, não exclue a acção criminal nem a civil para satisfação do damno causado com a privação dos serviços dos escravos.

Domicilio dos libertos

Art. 9º. E' domicilio obrigado por tempo de cinco annos, contados da data da libertação, o do liberto no municipio onde fôr alforriado.

§ 1º. O que se ausentar de seu domicilio será considerado vagabundo, e apprehendido pela policia para ser empregado em trabalhos publicos ou colonias agricolas.

§ 2º. O liberto que provar perante o juiz de orphãos molestia que determine a necessidade de mudar de domicilio, e bom procedimento, poderá alcançar do dito juiz licença para se ausentar, declarando o logar para onde transfere o seu domicilio.

Art. 10. O liberto encontrado sem occupação será obrigado a tomá-la no prazo que lhe fôr marcado pela policia.

§ 1º. Terminado o prazo sem que o liberto mostre que cumpriu a determinação da policia, será por esta enviado ao juiz de orphãos, que o constrangerá a celebrar contracto de locação de serviço, sob pena de quinze dias de prisão com trabalho e de ser enviado para alguma colonia agricola no caso de reincidencia.

§ 2º. O governo estabelecerá em diversos pontos do imperio ou nas provincias fronteiras colonias agricolas, regidas com disciplina militar, para as quaes serão enviados os libertos sem occupação.

Disposições geraes

Art. 11. Não podem ser dados em penhor escravos senão com a clausula « constitui », sendo de estabelecimentos agricolas e a infracção d'esta disposição importa a aquisição da liberdade.

Art. 12. São nullas a clausulas á « retro » nas vendas de escravos ou qualquer estipulação que embarce ou prejudique a liberdade.

Art. 13. São validas as alforrias concedidas, ainda que o seu valor exceda ao da terça do outorgante, e sejam ou não necessarios os herdeiros que porventura tiver.

Art. 14. Nos regulamentos que expedir para a execução d'esta lei, o governo determinará :

I. As relações e obrigações dos libertos para com seus ex-senhores e vice-versa ;

II. As obrigações dos libertos que contractarem seus serviços e as dos que os tomarem para com aquelles.

§ 1º. Poderá estabelecer penas de multas até 200\$ e de prisão com trabalho até 30 dias.

§ 2º. Estas penas serão impostas pelos juizes de paz, com recurso voluntario para os juizes de direito.

§ 3º. Os contractos de locação de serviços serão celebrados perante os juizes de paz do domicilio do liberto.

§ 4º. No processo que estabelecer, o governo determinará os deveres dos promotores publicos como curadores dos libertos, e dos juizes de direito como fiscaes dos actos das autoridades encarregadas da protecção dos mesmos libertos, bem como dos juizes de paz, podendo estabelecer multas pelas faltas que commetterem.

§ 5º. O regulamento será posto em execução e sujeito á approvação do poder legislativo, consolidadas todas as disposições relativas ao elemento servil, constantes da lei de 28 de setembro de 1871 e respectivos regulamentos, que não forem revogados.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões da camara dos deputados, aos 12 de maio de 1885 — A. A. de Padua Fleury — Franklin Doria. — Ulysses Vianna. — Augusto C. de Padua Fleury. — Ildefonso José de Araujo, — Cezar Zama.